

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.830 - RS (2019/0312887-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI - RS074909**  
                  **ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - RS083593A**  
                  **RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A**  
                  **PAULO CESAR DA ROSA GOES - RS077330A**  
**RECORRIDO** : **FABIANO DUTRA MELLO**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO PRETORIANO. COTEJO ANALÍTICO E APONTAMENTO DE DISPOSITIVO DE LEI OBJETO DE CONTROVÉRSIA JUDICIAL NÃO REALIZADOS. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL INIDÔNEA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ARTIGO 485, INCISO IV). NO CASO, A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL FOI ENVIADA A ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) INFORMADO PELO FIDUCIANTE QUANDO DA ASSINATURA DO CONTRATO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, §2º DO DECRETO-LEI N. 911/69. INEXISTEM ELEMENTOS QUE DEMONSTREM QUE O DEVEDOR TOMOU CIÊNCIA DA REFERIDA NOTIFICAÇÃO EFETUADA POR MEIO DIVERSO DAQUELE PREVISTO NA LEGISLAÇÃO. EXTINÇÃO, FORTE NO ARTIGO 485, INCISO IV, DO CPC.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Em suas razões recursais, sustenta a parte recorrente a validade da notificação realizada pelo envio de mensagem ao endereço eletrônico (e-mail), pois o inadimplemento da obrigação por si só caracteriza de pleno direito a mora do devedor e determina a rescisão contratual.

Defende ser possível qualquer meio de prova para a comunicação do devedor fiduciante (agravado/RÉU).

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 127-132).

É o relatório.

DECIDO.

2. É imprescindível que no recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional sejam particularizados de forma inequívoca os normativos federais supostamente contrariados pelo tribunal de origem, cuidando o recorrente de demonstrar, mediante argumentação lógico-jurídica competente à questão controversa apresentada, de que maneira o acórdão impugnado teria ofendido a legislação mencionada sob pena de incidir o enunciado sumular n. 284 do STF em face da clara deficiência de sua fundamentação.

Ressalte-se que o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável a exegese do brocardo *iura novit curia*; e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe identificar qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da argumentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do peticionante.

3. Quanto ao dissídio pretoriano, além de não ter sido indicado o dispositivo legal objeto de controvérsia tanto no aresto recorrido como no paradigma, a parte recorrente simplesmente colacionou ementas, sem proceder a efetiva comparação dos julgados.

Para a análise da admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo Constitucional, não se mostra servível a simples transcrição da ementa de dado aresto como paradigma. Faz-se imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente.

4. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Ausente fixação de honorários advocatícios sucumbenciais pelas instâncias de origem, não é possível majoração.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator